

■ NACIONAL

“Déficit orçamentário enfraqueceu o Plano Real”

Para Jeffrey Sachs, o Brasil deveria aprender com o México e não confiar na âncora cambial como instrumento de estabilização

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Seu nome tornou-se um sinônimo de planos de estabilização orientados por políticas de austeridade fiscal e monetária. Por isso, onde chega, Jeffrey Sachs desperta reações apaixonadas — pró e contra.

Na platéia que o assistiu na manhã da última sexta-feira, durante o seminário sobre globalização promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, Sachs encontrou poucos defensores (ver matéria nesta página).

A saída, ao conversar com este jornal durante a breve pausa do almoço, em que se serviu fartamente de salada e frango, Sachs se incumbiria de provocar uma nova platéia de críticos, no governo brasileiro, ao defender enfaticamente a correção de rumos do Plano Real.

“Foi um plano bem formulado, bem implementado, mas que vem sendo, gradualmente, desvirtuado”, disse o economista. O principal vício do plano, afirma, é o insucesso do governo em conter os gastos públicos. É essa a pré-condição, diz, de todos os reclamos de juros altos e câmbio sobrevalorizado. “Por isso que o revés da Previdência foi lamentável”.

Orgulhoso do desempenho econômico da Bolívia e da Polônia, dois dos muitos países em que trabalhou como consultor, Sachs vê com ceticismo as lições tiradas pela América Latina a partir da crise do México — “a sobrevalorização do câmbio brasileiro é um exemplo”; critica a reação tardia do Fundo Monetário Internacional na ajuda financeira à Rússia; e fala com entusiasmo de suas viagens pela África, cuja gradual adesão à economia de mercado, diz, a livrará do prognóstico pessimista de “continente perdido”.

“A questão é saber quais são as responsabilidades e quais os limites da ação social do estado”

Gazeta Mercantil - O senhor acredita que as reações à sua apresentação tenham vindo de sua tese de que o mercado, como “forma superior de organização”, é incapaz de resolver a enorme demanda social em países como o Brasil?

Jeffrey Sachs - Todas as economias bem-sucedidas têm governos que se ocupam da educação e saúde básicas. Isso, certamente, não é responsabilidade do mercado. Por outro lado, muito daquilo que é reclamado como política social não o é. Na verdade é ajuda a grupos privilegiados de classe média ou classe média alta, e uma das coisas que as economias bem-sucedidas conseguiram evitar foi a construção de um estado de bem-estar social superdimensionado que transfira renda para setores de renda média, para servidores públicos de renda alta, como o Brasil tem em

abundância. Não se discute, então, se o estado tem responsabilidades sociais. A questão é saber quais são essas responsabilidades e quais os seus limites. Na minha opinião, o estado brasileiro cresceu demais e assumiu muitas responsabilidades de produzir e transferir renda. Apenas ao reduzir o papel do governo e reformular seu papel é que o Brasil será capaz de enfrentar seus dilemas sociais.

GM - O Plano Real está às vésperas do seu segundo aniversário. Ainda há ameaças sérias à estabilização?

Sachs - O plano, em sua formulação, foi um sucesso real. Também foi muito bem implementado. O problema é que o plano não foi seguido por aquilo que em economia se chama de consolidação fiscal, que significa manter o déficit orçamentário baixo através da redução dos gastos públicos. Isso ainda não aconteceu. Na verdade tivemos o aumento dos gastos públicos no Brasil em algumas áreas. O déficit orçamentário cresceu muito em 1995 em comparação a 1994, e isso não apenas enfraqueceu o Plano Real como colocou alguns riscos à sua frente. A política macroeconômica neste país desvirtuou-se. A política fiscal é muito expansionista e a política monetária é restritiva demais. O que se precisa é reduzir os gastos públicos. Isso vai facilitar a adoção de uma nova política monetária. O resultado disso é que se torna possível ter uma política de juros mais baixos e um câmbio mais competitivo.

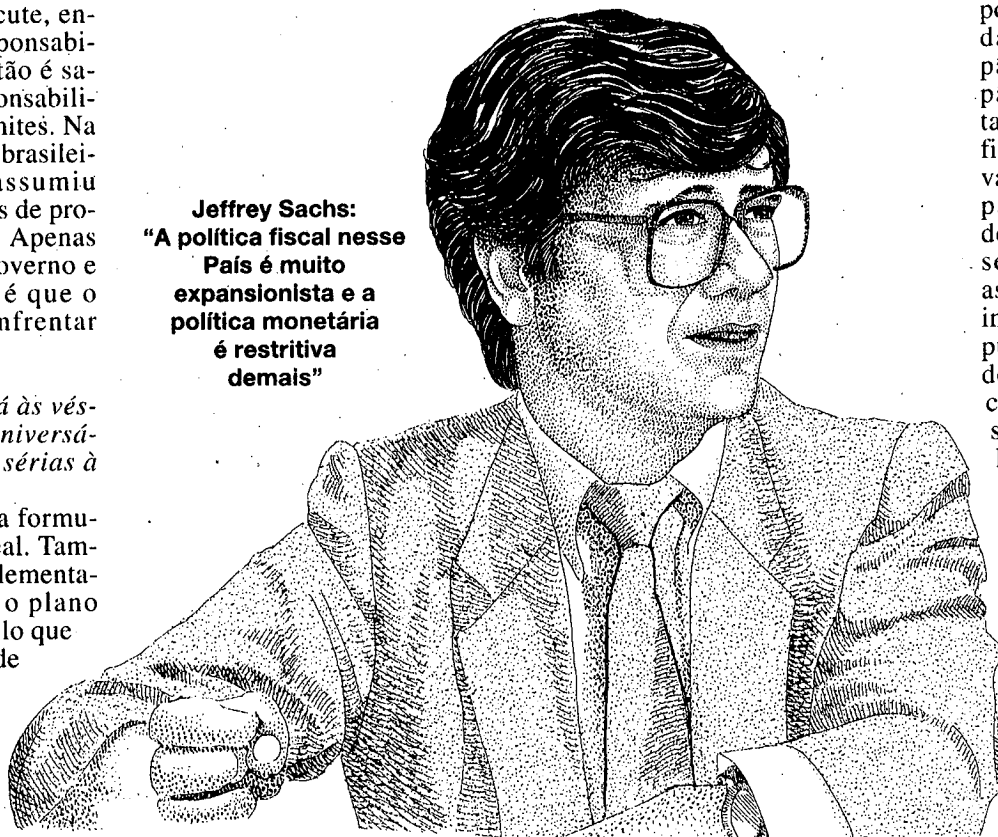
GM - A idéia de que a única saída para a economia brasileira está na redução do déficit público converge com a entrevista do diretor do Fundo Monetário Internacional, Vito Tanzi, há alguns dias neste jornal. O senhor também concorda que há poucas possibilidades de se aumentar a receita fiscal?

Sachs - Grosso modo a taxa no Brasil já é muito elevada e abriga muitas distorções. O País tem uma taxa mais elevada, por exemplo, do que Hong Kong, Cingapura, Malásia e Taiwan. E esse é também um fator que pesa contra a competitividade brasileira. É óbvio que há também um alto grau de evasão fiscal e sonegação. Mas o Brasil não pode aumentar a arrecadação além dos atuais 30% do Produto Interno Bruto. O País não pode agüentar uma elevação de impostos.

GM - Há alguns dias, 2,5 mil empresários fizeram uma marcha simbólica a Brasília num reclamo pela redução das taxas de juro. Há alguma alternativa à redução na taxa de juro que não leve a um repique da inflação?

Sachs - Há uma resposta fácil para isso e outra difícil. A resposta fácil é que os gastos públicos vão ser reduzidos de maneira significativa em relação ao Produto Interno Bruto se tivermos

Jeffrey Sachs:
“A política fiscal nesse País é muito expansionista e a política monetária é restritiva demais”



taxas de juro mais baixas. Então, se a mudança na política monetária for acompanhada de uma mudança na política fiscal não haverá debate econômico. Seria a combinação ideal de políticas. Suponho que o governo brasileiro concordaria com isso e o Banco Central também. A parte difícil da resposta vem quando se discute o que deve ser feito se o déficit orçamentário é muito grande e não tem perspectivas de ser reduzido. O que deveria ser feito com a política monetária? Deve-se reduzir as taxas de juro? Aí a questão fica mais polêmica. Mas esta não é a pergunta que o Brasil deveria estar se fazendo. A pergunta que caberia é: como se pode reduzir os gastos públicos para conseguir que o orçamento fique sob controle? Aí sim, incontestavelmente, haveria condições de reduzir as taxas de juro.

“Felizmente, o Brasil não está preso a um câmbio fixo, uma camisa-de-força, como estava a Argentina”

GM - Nesses quase dois anos de Plano Real, o câmbio evoluiu gradualmente até chegar à quase paridade de hoje. Ainda há uma grande pressão dos exportadores no sentido de que o câmbio permanece sobrevalorizado. O senhor concorda?

Sachs - A política cambial brasileira é relativamente arriscada. A experiência recente está cheia de episódios de colapso provocados por taxas de câmbio sobrevalorizadas. A atual paridade é insustentável no longo prazo. O governo e o Banco Central deveriam estar mais atentos para isso. Felizmente, o Brasil não está preso a um câmbio fixo como na Argentina, uma camisa-de-força que impede qualquer mudança num câmbio sobrevalorizado. No Brasil há mais espaço para flexibilidade. Há mais condições para

se evitar uma crescente sobrevalorização da moeda, o que deveria ser feito para proteger as exportações. Mas, mais uma vez, tudo ficaria mais fácil se a política fiscal fosse mais rígida.

GM - Dias atrás o economista Rudiger Dornbush provocou um certo alvoroço nos meios econômicos brasileiros ao fazer um prognóstico de colapso do plano com a persistência de baixas taxas de crescimento. O senhor concorda que um crescimento de 3% para este ano põe em risco o Plano Real?

Sachs - Crescimento no Brasil virá quando se tiver uma poupança interna maior, taxas de juro menores e um câmbio mais competitivo. A questão é como conseguir essas três condições. Não acredito que haja uma grande discordância em torno do ponto de que uma poupança interna mais elevada, combinada com gastos públicos reduzidos, seria uma parte importante dessa política. Recentemente, o Congresso brasileiro deu um passo lamentável na direção contrária ao rejeitar uma ampla reforma da Previdência. Ou seja, quando o governo estava tentando dar um passo na direção correta, no sentido de manter o controle das finanças, foi barrado. Em resumo, diria que a maneira pela qual o Brasil conseguiria crescer mais rapidamente no futuro é clara: o Brasil tem um setor privado dinâmico, uma pauta de exportações importante e tem condições de conseguir investimentos estrangeiros, mas, para usufruir todo esse potencial, de novo, precisa reduzir os gastos públicos.

GM - Já se pode falar na superação da crise mexicana? O México está tendo um desempenho correspondente ao montante da ajuda financeira do FMI?

Sachs - Quando o México foi atingido em dezembro de 1994, sem condições de colocar seus papéis no mercado internacional,

porque havia risco de insolvência da economia mexicana, houve pânico entre os investidores. O pânico acabou se auto-alimentando. Se o México não poderia financiar sua dívida, a crise estava dada. Mas não haviam razões para o México ser empurrado dessa maneira na crise porque o seu déficit não era tão grande assim em relação ao seu produto interno. Então, o México foi empurrado para a crise pelo pânico dos investidores. A ajuda americana freou o pânico. Isso não significou a volta imediata do México à saúde financeira, porque tinha havido um conjunto de erros, principalmente em relação ao câmbio. A confiança não voltaria imediatamente. Mas o México foi capaz de evitar uma moratória; voltar ao mercado financeiro internacional; e retomar uma política de crescimento de exportações. As exportações mexicanas cresceram mais de 30% no último ano e é isso que será determinante na recuperação de sua economia, que poderá ter taxa de crescimento positiva neste ano.

GM - Fala-se insistentemente das lições da crise mexicana. Quem as aprendeu?

Sachs - De certo modo, aprenderam-se lições. A Venezuela, principalmente. Se se considerar que um dos fatores que levaram à crise mexicana foi a sobrevalorização do câmbio, o Brasil está persistindo nesse erro, usando a âncora cambial. Uma das lições da crise do México é que não se pode confiar na âncora cambial como instrumento de estabilidade; ou assistir sentado à sobrevalorização do câmbio. Para o Brasil, essa é a principal lição.

“A questão de quem consegue empréstimos ainda é baseada em interesses comerciais dos EUA”

GM - E no caso dos organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI? A crise mexicana não demonstrou uma necessidade de se rever seu papel? Não há lições para estas instituições também?

Sachs - Eles tiraram lições. Tarde demais no caso da Rússia, por exemplo, embora ainda não se saiba se as reformas russas vão sobreviver. Nos primeiros três anos de reforma, o FMI deu muito pouco apoio à Rússia. A inação do FMI contribuiu para a piora da condição política da Rússia. A ajuda ao México foi condicionada pela comunidade financeira internacional que tinha investimentos lá e pressionou o FMI. No caso da Rússia, era um problema de política externa, da qual ninguém, na verdade, dependia. E, por isso, não se prestou muita atenção à Rússia, muito embora o País tenha 50 mil armas nucleares. O FMI efetivamente começou a emprestar à Rússia depois de três anos, de maneira mais ge-

nerosa. Mas ainda não sabemos se foi muito tarde. Se os comunistas voltarem ao poder é que poderemos avaliar melhor. A questão de quem consegue empréstimos ainda é baseada em interesses comerciais, política interna dos Estados Unidos, e não necessariamente num bom senso financeiro ou até mesmo num senso de política externa.

“A Bolívia, apesar das dificuldades, permanece estável, crescendo, inovadora, e com uma boa liderança política”

GM - Alguns dos países onde o senhor trabalhou como consultor em processos de estabilização têm hoje um desempenho econômico que o deixam de alguma maneira particularmente orgulhosos?

Sachs - Trabalhei em um grande número de países. Certamente a Bolívia, apesar de todas as suas dificuldades, permanece estável, crescendo, democrática, inovadora, e com uma boa liderança política. A Bolívia fez muito progresso e sempre serei muito orgulhoso com a evolução do país. Estive na Polônia recentemente. Em 1995, a Polónia alcançou um crescimento de 7% e foi o país de crescimento mais rápido na região. É considerado um país de enorme sucesso em sua política econômica. Um bom modelo de crescimento baseado em exportações e que tem sido capaz de manter estabilidade e um câmbio competitivo. O país, como um todo, está muito diferente agora, do que sete anos atrás. Está muito melhor. Tem melhores condições de vida e de renda. É maravilhoso ver isso. Porque, há sete anos, era o caos, com hiperinflação, colapso produtivo e falta de mercadorias. Foi realmente uma volta por cima. Trabalhei ainda na Estônia e Eslovênia. Ambas as economias estão crescendo com estabilidade.

GM - O senhor vem trabalhando ultimamente em algum novo plano de estabilização ou está mais dedicado à universidade?

Sachs - Como diretor do Harvard Institute of International Development estou indo a muitos outros países, principalmente à África — Moçambique, Zâmbia, Quênia. O mais interessante é que é um continente sobre o qual se tem poucas esperanças, mas que vem experimentando crescimento econômico neste momento com um estado reduzido e uma política de câmbio competitivo. No Oeste da África tivemos um crescimento de 6% em 1995. Há uma nova dinâmica num continente que muitos consideravam perdido. Não é perdido de maneira alguma. E isso é uma das conclusões mais importantes de toda essa discussão de globalização. É uma das melhores oportunidades para o mundo em desenvolvimento alcançar um crescimento de longo prazo. ■